



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS SABERES DOCENTES
NECESSÁRIOS PARA QUE A INCLUSÃO EFETIVAMENTE
ACONTEÇA**

PAULA DA SILVA LISBOA

LAGAMAR, MG, Brasil

2010

A REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE
AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS SABERES
DOCENTES NECESSÁRIOS PARA QUE A INCLUSÃO
EFETIVAMENTE ACONTEÇA

por

PAULA DA SILVA LISBOA

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

LAGAMAR, MG, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

**A REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS SABERES DOCENTES
NECESSÁRIOS PARA QUE A INCLUSÃO EFETIVAMENTE
ACONTEÇA**

elaborado por
PAULA DA SILVA LISBOA

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Ms. Luciana Monteiro do Nascimento
(Presidente/Orientador)

Dra. Nara Joice Wellausen Vieira

Marizete Almeida Muller

LAGAMAR, MG, Brasil

2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS SABERES DOCENTES NECESSÁRIOS PARA QUE A INCLUSÃO EFETIVAMENTE ACONTEÇA

AUTORA: PAULA DA SILVA LISBOA

ORIENTADORA: LUCIANA MONTEIRO DO NASCIMENTO
LAGAMAR, MG, BRASIL

RESUMO

Diante de um contexto atual marcado pela necessidade do rompimento com práticas preconceituosas e excludentes surge a escola inclusiva, cujo foco primordial é o de respeito às diferenças. Em decorrência da filosofia proposta por esse modelo de escola, tem-se uma revolução nas formas de pensar e de agir da própria sociedade. Nesse sentido, tem-se a grande relevância da educação e de seus educadores, já que são eles que, diante de suas filosofias, irão formar opiniões, sendo então, suas concepções, determinantes para proposição de ações efetivas. Com base no exposto tem-se o foco desse trabalho. Alicerçado na realização da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, tem-se o objetivo de investigar as representações dos educadores sobre deficiência e as pessoas com deficiência bem com sobre Inclusão, tendo em mente a exposição dos saberes docentes necessários para que a prática pedagógica inclusiva verdadeiramente aconteça. Dessa maneira, tem-se a importância do trabalho, já que vem apresentar conquistas em relação às concepções e práticas dos educadores, diagnosticando possíveis caminhos para efetivação da Inclusão nas instituições escolares, contribuindo então, para sua implementação na própria sociedade.

Palavras - chave: Deficiência; Inclusão; Professores; Representações Sociais; Saberes docentes

ABSTRACT

Faced with a current context marked by the need to break with prejudiced and exclusionary practices appear the inclusive school, whose primordial focus is to respect the differences. It derive from the philosophy proposed by the school's model has been a revolution in ways of thinking and acting of their own society. Accordingly, there is the great importance of education and its educators, since it is they who, before their philosophies, they will form opinions, and then his views, determinants of effective proposition. The focus of this study's based on the arguments above. It is the basis of the realization of the bibliography research and field research has the objective to investigate the opinion of educators about the disability, people with disabilities and about inclusion, bearing in mind the expose teacher knowledge needed for inclusion to truly happen. Thus, there is the importance of this study in that it presents achievements in relation to the concepts and practices of educators diagnosing possible ways for effective inclusion in schools, and then contributing to its implementation in the society.

Word – Key: Disability; Inclusion; Teacher; Socials Opinions; teacher knowledge.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	05
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	06
2.1. Perspectivas para a investigação: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo	06
3. REFERENCIAL TEÓRICO	08
3.1. Exclusão social de pessoas com deficiência	08
3.1.1 A exclusão no cenário mundial e brasileiro: considerações filosóficas e históricas.....	07
3.1.2. A Exclusão das pessoas com deficiência	09
3.1.3 Representações e perspectivas sociais sobre a deficiência mediante diferentes contextos históricos.....	10
3.2. A Educação frente à exclusão de pessoas com deficiência e as representações dos educadores sobre a deficiência e sobre as pessoas com deficiência	11
3.2.1. Histórico de legislações e de práticas educativas excludentes em relação às pessoas com deficiência.....	11
3.2.2. As concepções e perspectivas educacionais e epistemológicas norteando as ações pedagógicas em relação as pessoas com necessidades especiais.....	14
3.2.3. A representação dos professores sobre a deficiência e sobre os portadores de necessidades especiais: avanços e retrocessos.....	15
3.2.3.1. Apresentação dos gráficos.....	15
3.2.3.2. Síntese dos resultados: representação dos professores sobre a deficiência, os avanços e necessidades recorrentes.....	18
3.3 Considerações sobre a Inclusão e sobre os saberes docentes necessários para que ela efetivamente aconteça	20
3.3.1. A Inclusão como fruto de novos contornos da Educação e da sociedade atual.....	20
3.3.2. Considerações conceituais e filosóficas acerca da Educação Inclusiva.....	21
3.3.3. Os saberes docentes necessários para que a Inclusão aconteça.....	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5. REFERÊNCIAS	27
6. ANEXOS	30

1. APRESENTAÇÃO

A trajetória da humanidade demonstra em seu percurso, constantes ações discriminatórias baseadas na dicotomia do melhor/pior, perfeito/imperfeito, normal/anormal, dentre outras. Diante de tantas demonstrações de rejeição e segregação, a atualidade assiste à necessidade de reconstrução social baseada em contornos de equidade, de respeito às diferenças e às múltiplas culturas.

Com base na relevância das práticas educativas para efetivação de propostas sociais, tem-se então o nascimento da Inclusão, entendida como o processo que transcende o da integração de pessoas com deficiência, proporcionando dessa maneira, a interação das mesmas nas classes comuns de ensino e por decorrência, a conquista de aprendizagens significativas. Contudo, para se pensar na efetividade da Inclusão, há de se ressaltar o importante papel dos profissionais docentes enquanto os responsáveis pela efetivação de aprendizagens reais, devendo estes, estarem preparados para realmente efetivarem a prática inclusiva.

Fundamentados em tais discussões, tem-se a proposta desta pesquisa, cuja temática é a da Educação Inclusiva. Espera-se, investigar as representações dos professores sobre a deficiência e sobre as pessoas com deficiência, de maneira a se entender as perspectivas sociais que envolvem e determinam tais representações, apresentando, por decorrência, os saberes docentes importantes para a efetivação da Inclusão, entendendo ainda sobre as filosofias e ações que caracterizam este novo modelo de Educação.

Com base em tal objetivo, o trabalho contará com a pesquisa bibliográfica, a qual apresentará exposições sobre: a exclusão; as representações sociais em relação às pessoas com deficiência ao longo da história e de diversos contextos; a Inclusão; os saberes docentes necessários à Inclusão; dentre outros. A pesquisa de campo por sua vez, através da aplicação de questionários em instituições educativas do município de Lagamar, vem demonstrar a representação dos docentes deste município em relação à deficiência e às pessoas com deficiência, apresentando avanços e retrocessos em relação à efetivação da Inclusão, tendo em mente a importância de mudanças locais incidindo sobre a realidade global. Nesse sentido, por meio da efetivação da Inclusão têm-se passos determinantes para construção de uma sociedade mais fraterna, mais igualitária e mais feliz.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

2.1. Perspectivas para a investigação: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo

Entendendo a Inclusão enquanto prática educativa e social fundamentada no respeito e na interação às diferenças é possível pensar nas pesquisas nas quais estão alicerçadas este trabalho. Nesse sentido tem-se a utilização da pesquisa bibliográfica a qual de acordo com Salvador (1982), abarca tanto a pesquisa feita em documentos escritos quanto em estudos exploratórios, quando se utiliza da literatura corrente e de obras de autores modernos. Diante da utilização dessa modalidade de pesquisa, o presente trabalho enfocará discussões sobre a exclusão social de pessoas com deficiência; considerações sobre a deficiência; exposições sobre as representações que subsidiam ações discriminatórias; considerações sobre a exclusão e a educação; apresentação de perspectivas educacionais; considerações conceituais e filosóficas sobre a Inclusão; reflexões sobre os saberes docentes necessários para que a Inclusão aconteça, dentre outros estudos. Com base em tais reflexões a pesquisa bibliográfica acontecerá mediante estudos de autores referendados, tais como Goffman (1988), Baptista (2005), Ozório (2005), Alves (2006), Skliar (2006), Moretto (2005), Guijarro (2005), Carvalho (1998), Miranda & Santos (2007), Freitas (2006, 2008) dentre outros.

Além da pesquisa bibliográfica, utilizar-se-á também da pesquisa de campo, a qual, diante de uma pesquisa qualitativa objetiva “[...] reunir e organizar um conjunto de informações. (POSSA, 2008, p. 146). Nesse sentido, fundamentados na pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo buscará entender a representação dos professores sobre a deficiência e sobre as pessoas com deficiência. Com tal objetivo, serão aplicados questionários aos educadores de três escolas do Município de Lagamar - MG (Uma da rede municipal, e as outras duas respectivamente da rede particular e estadual) sendo aplicados a professores atuantes no Ensino Fundamental e Médio, somando-se cerca de 40 profissionais da Educação. Desta maneira o questionário contará com seis questões, em sua maioria de múltipla escolha, cujas respostas serão sistematizadas em gráficos a serem expostos e comentados. O questionário tem o intuito primordial de diagnosticar as concepções tidas pelos professores do município de Lagamar tendo em mente as

representações dos mesmos sobre deficiência e sobre as pessoas com alguma deficiência, diagnosticando avanços e necessidades oriundas de tais concepções.

Nesse sentido, o questionário foi elaborado e será analisado mediante questões problematizadoras, tais como: Quais as representações dos profissionais da educação acerca da deficiência e também da pessoa com deficiência? Como essas representações são manifestadas em suas práticas? Até que ponto essas representações implementam a Inclusão ou reforçam a exclusão? Qual a importância dada pelos professores para Inclusão? Os professores conhecem os ideais propostos pela escola inclusiva? Os professores foram (ou estão sendo) formados para implementar uma prática inclusiva? Qual a pertinência das práticas educativas inclusivas para a construção da sociedade mais igualitária?

Tendo em mente as exposições feitas, através dos questionários respondidos por professores de diferentes redes de ensino, estes serão unidos e apresentados de maneira abrangente, possibilitando, pelas representações expostas, entender avanços e necessidades em relação às representações dos educadores e a construção de práticas educativas inclusivas.

Através das reflexões apontadas pela união entre pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica espera-se refletir sobre os caminhos percorridos e as necessidades ainda vigentes em relação às representações docentes, discorrendo-se sobre os saberes necessários à efetivação da Inclusão. Nesse sentido, enquanto a pesquisa bibliográfica se pautará em estudos de autores referendados sobre a temática, a pesquisa de campo apresentará dados concretos da realidade educativa, tendo em mente a relevância de que reflexões sobre a realidade local incidam sobre o contexto global, já que mudanças minuciosas podem alcançar proporções ilimitadas.

O que se quer então, em essência, é provocar reflexões que subsidiem ações, buscando refletir sobre ações que reciprocamente incidem na evolução de estudos e teorias. Por fim, objetiva-se, através da reflexão entre teoria e prática, propor o repensar dos caminhos já construídos em relação à efetivação da escola inclusiva diagnosticando possíveis necessidades advindas das concepções e ações dos educadores.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Exclusão social de pessoas com deficiência

3.1.1. A exclusão no cenário mundial e brasileiro: considerações filosóficas e históricas

A exclusão é característica da humanidade, estando presente em diversos cenários e determinada por diferentes filosofias e culturas, sendo entendida, dentre muitas conotações, como “rejeição e repulsa” (LUFT, 2000, p.312). Nesse sentido, observa-se a presença da exclusão sendo caracterizada por posturas cada vez mais preconceituosas, cujo foco em geral, são os negros, índios, pobres, e os deficientes, dentre outros. Estes são, pois, os seres humanos, que inseridos no contexto atual, possuem estereótipos diferentes das pessoas ditas normais, surgindo, nesse contexto, a exclusão, da não aceitação às diferenças. Desta maneira, de acordo com o pensamento de Foucault apud Alves (2006, p.31)

[...] a exclusão existe enquanto reafirmação e consolidação de poder dos tidos como normais, de maneira que alguns seres humanos se constituem pela exclusão de outros. Nesse sentido é na exata medida em que caracterizamos a outra pessoa como desviante, que asseguramos nossa suposta normalidade

Tendo por base a intensidade com que as práticas excludentes acontecem, torna-se pertinente refletir acerca da gênese da exclusão. Nesse sentido, com base na Bíblia Sagrada, no livro do Êxodo, (21.24, p. 121), tem-se a presença da exclusão através do modo como os escravos hebreus eram tratados, tendo posteriormente, no Segundo Testamento, a exclusão manifestada pelo preconceito aos surdos, cegos, e os chamados na época como parálíticos e leprosos¹.

Pensando especificamente na exclusão na realidade brasileira, encontram-se suas marcas desde a colonização, quando os brancos chegaram ao local onde residiam os índios, impondo-lhes uma cultura extremamente diferente da sua e obrigando-os adaptarem à mesma. Uma vez “descoberto” o Brasil, têm-se exemplos de práticas excludentes em relação aos escravos; aos negros após a escravidão;

¹ (MATEUS, 1997, p.1309)

aos imigrantes; aos trabalhadores das lavouras; à mulher; e às pessoas que não se caracterizam como modelos de beleza, de consumo e de poder, diante dos ideais do mundo capitalista², dentre outros.

Diante das reflexões expostas é importante ressaltar, que apontar a gênese da exclusão é algo bastante difícil, sabendo em contrapartida que ela é presente na sociedade brasileira, como em outros contextos, desde tempos remotos, sendo originária de processos como o diferencialismo³, etnocentrismo⁴, xenofobia⁵, dentre outros, processos fundamentados na não aceitação e na sobreposição de determinadas culturas sobre outras. Diante desse contexto pode-se falar da exclusão e do preconceito enquanto proveniente da raça humana.

3.1.2. A Exclusão das pessoas com deficiência

A exemplo do que foi apresentado, a exclusão das pessoas com algum tipo de deficiência caracterizou o histórico da humanidade, estando alicerçada na não aceitação às diferenças⁶. Por sua vez, a não aceitação das diferenças surge da necessidade de os seres humanos se identificarem, tentando exemplificar de acordo com Goffman (1988), valores oficialmente reconhecidos. Ao fundamentar-se em um padrão de normalidade surge então a criação de estereótipos, entendidos como processo através do qual se tenta simplificar e categorizar o real, tornando-o mais facilmente compreensível. A partir da criação dos mesmos tem-se a classificação e estigmatização das pessoas de acordo com padrões de inferioridade e superioridade diante do dito normal, se caracterizando os estereótipos por serem abusivos, já que são “[...] utilizados de forma superlativa e, freqüentemente, negativa”. (LIMA, apud MAGALHÃES, s/d, p.06)

Alicerçado nos conceitos expostos, é possível pensar nas práticas excludentes em relação às pessoas com deficiência. Nesse sentido tem-se

² “[...] o Sistema capitalista, sem pudor, sem regras, tem como estratégia a segregação, num exercício constante de preconceitos.” (OZÓRIO, 2005, p.23)

³ Segundo Skliar (2006, p.24) esse processo consiste em distiguir algumas marcas diferentes e fazê-lo sempre a partir de uma conotação pejorativa, fazendo que a mulher seja problema na diferença de gênero, o negro da diferença racial e os surdos na diferença de língua, dentre outros.

⁴ Processo através do qual se dá a sobreposição de uma cultura ou classe sobre supostamente dominante, em relação às outras.

⁵ Fobia em relação ao diferente do “normal”.

⁶ Segundo Skliar (2006, p. 22-23), a diferença existe como obviedade cultural, sendo construídos histórico, social e politicamente, vindo existir independente da autorização ou da aceitação, do respeito ou da permissão da normalidade.

referência à Idade antiga, em que estas pessoas eram mortas, abandonadas ou crucificadas. De maneira mais específica, em relação aos povos atenienses, têm-se relatos de que “[...] o próprio pai tinha o encargo de matar o filho ou abandoná-lo em algum local.” (CORREA, apud FREITAS, 2008, p.60) Além dessas ações segregadoras, tem-se com o Cristianismo, ações voltadas para a exclusão não só em relação às pessoas com deficiência, mas a todos os doentes e infelizes, surgindo na Idade moderna, o método científico a partir do qual a deficiência passa a ser entendida com base no modelo clínico, “[...] empregando-se, assim, um caráter patológico, com medicação e tratamento. (FREITAS, 2008, p.63). Com a Idade Contemporânea e o nascimento do capitalismo por sua vez, as pessoas passam por treinamentos diante da necessidade de serem produtivas, tendo-se iniciativas de normalizar as formas de ser e agir das mesmas.

Diante do exposto, Observa-se que as práticas excludentes as quais marcam a atualidade são oriundas de diferentes cenários e épocas, sendo fruto de ações estigmatizadoras da sociedade, da família, e dos próprios sujeitos com deficiência.

3.1.3 Representações e perspectivas sociais sobre a deficiência mediante diferentes contextos históricos.

Fundamentados na certeza de que as ações adotadas em relação às pessoas com deficiência estão pautadas nas representações sociais⁷ tidas em relação aos seres humanos como um todo, é possível pensar no Tempo Antigo, estando as ações excludentes, alicerçadas na crença da deficiência associada à impureza e às forças misteriosas. Diante dessa crença têm-se muitos exemplos de extermínio de pessoas com deficiência na Grécia e na antiga Roma. Sobre tal representação tem-se ainda a presença de referências religiosas a partir das quais se observa a força das ideologias da igreja na proposição de ações preconceituosas. Desta maneira:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’ ser perfeito, incultava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo parecido

⁷ Conceitua-se representações sociais como as concepções que “[...] caracterizam a forma com que a sociedade humana vai conceber a relação coletiva com o sujeito diferente, em diferentes épocas históricas.” (FREITAS, 2008, p.68)

com Deus, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (MAZZOTTA, apud FREITAS, 2008, p. 63)

Na Idade Média, ainda pela força da igreja, além da visão da deficiência enquanto pecado, tem-se o surgimento de concepções que associavam a deficiência à necessidade de caridade. Dessa maneira as pessoas com deficiência então, ora eram excluídas, ora eram protegidas, sendo nesse caso, vistas diante da representação de compaixão.

Após a visão advinda com a época medieval, têm-se representações fundamentadas no movimento renascentista, diante do qual as pessoas com deficiência passam a ser observadas com base na medicina que almeja identificar as lesões do organismo que poderiam gerar as deficiências. Com o modernismo e as teorias ligadas à evolução da espécie, a pessoa com deficiência passa a ser concebida como fruto da involução, já que não correspondia biologicamente à capacidade da sobrevivência e da reprodução. Por sua vez, a atualidade assiste também a práticas excludentes e preconceituosas em relação às pessoas com deficiência, diante da contraposição aos ideais de beleza, sensualidade, dinheiro e de poder propostos pela mídia, a qual tem papel decisivo para intensificação de tais estigmas.

Diante das representações expostas observou-se que diante de diferentes cenários históricos e sob as diversas justificativas, a exclusão de pessoas com deficiência passa “[...] a ser a regra social referendada pela família em suas crenças, valores angústias e frustrações.” (OZÓRIO, 2005, p.3). Não obstante, ressalta-se que as ações excludentes se justificam verdadeiramente pela não aceitação às diferenças as quais caracterizam cada ser humano em sua individualidade.

3.2. A Educação frente à exclusão de pessoas com deficiência e as representações dos educadores sobre a deficiência e sobre as pessoas com deficiência.

3.2.1. Histórico de legislações e de práticas educativas excludentes em relação às pessoas com deficiência

Entende-se que a educação é extremamente determinada pelo Estado e pelas transformações sociais de determinada época, sendo em contrapartida,

utilizada pelo mesmo como meio para ruptura ou consolidação de comportamentos e de culturas. Em relação aos alunos de maneira geral e especificamente, aos alunos com deficiência “vistos em sua incompletude” (BAPTISTA, 2005, p.15), ressalta-se a presença de práticas educativas excludentes estando estas, em seu histórico, subsidiadas por legislações e visões preconceituosas. Nesse sentido, tem-se com clareza, a sistematização das legislações feita por Ferreira (2006) segundo o qual a preocupação com a educação de pessoas com deficiência é presente desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, cuja nomenclatura fundamentava-se sobre a educação de excepcionais. Nesta lei, de acordo com os estudos de Denari (2006) constam-se dois artigos específicos diante dos quais tem-se a preocupação de integrar o aluno no sistema geral de Educação, tendo-se a exclusão manifestada através da omissão em relação ao atendimento a algumas deficiências. Constan abaixo tais artigos:

Artigo 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade.

Artigo 89. Toda Iniciativa Privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação relativa à educação de excepcionais receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (DENARI, 2006, p. 40).

De encontro ao disposto, por meio dos estudos e reflexões propostos por Ferreira (2006) percebe-se que, até a década de 1960, o atendimento às pessoas com deficiência era bastante restrito às instituições especializadas, públicas e também privadas, existindo já a presença das classes especiais. Nos anos 70, por sua vez, encontra-se uma preocupação maior com a Educação Especial, estando esta referendada pela LDBEN 5692/71 e também pela Emenda Constitucional de 1978, diante da edição de normas e de planos políticos de âmbito nacional voltados para a temática. Contudo, segundo este autor, a criação de classes especiais vem de contramão aos pensamentos de integração presentes nos países referência, já que

[...] enquanto estes se preocupavam com o acesso a educação como responsabilidade da escola pública, o quadro brasileiro ainda era de exclusão de qualquer modalidade de atendimento escolar. (FERREIRA, 2006, p. 89)

Posteriormente a tais legislações expostas, a referência encontra-se presente na Constituição Federal (CF, 1988, p. 96), através do artigo 208, segundo o qual se tem claro o dever do estado efetivado mediante a garantia de atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, observando então, uma garantia parcial de acesso a essas pessoas. De acordo com os estudos dos autores citados, visões excludentes encontram-se também em documentos específicos da Educação Especial, tais como a Lei nº 7853 de 1989, a qual dispõe sobre a integração de pessoas com deficiência aos cursos regulares, resguardando que tal integração aconteceria somente às pessoas capazes de se integrar, vindo tal legislação, ser posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298 de 1999. Em 1994, por sua vez, tem-se referência a Declaração de Salamanca e também à Política Nacional de Educação Especial, vindo tais legislações, respectivamente, fazer referência à necessidade de uma escola integradora com ênfase às classes comuns e ao apoio do sistema regular de ensino para integração, estimulando as parcerias com as ONGS. Ressalta-se, a partir desta data, a sensibilização para a integração dos alunos com deficiência, vindo de encontro ao apresentado pela atual LDBEN nº 9394/96, capítulo V, Art. 58, segundo a qual se tem disposto alguns direitos dos alunos da Educação Especial: dentre eles, o de apoio especializado diante de suas necessidades.

Embora se perceba avanços em relação às legislações e às práticas adotadas até então, observa-se ainda resquícios de pensamentos discriminatórios na Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente uma vez que esta fala da integração de alunos preferencialmente na rede regular de Ensino, dando abertura a não freqüência dos mesmos. Em consonância, tal legislação busca a integração do aluno com deficiência ao ensino regular não garantindo a real interação do mesmo, o que perpetua a discriminação. Com base no exposto, ratifica-se que, ao longo da história, as práticas educativas e as legislações deram abertura a ações educativas excludentes em relação às pessoas com deficiência, estando em alguns casos, tais práticas, escondidas sob o rótulo da “classe especial” ou do “atendimento diferenciado”. Ressalta-se ainda que tais práticas excludentes são oriundas das representações sociais dos legisladores, bem como das equipes pedagógicas das instituições de ensino de determinadas épocas, representações alicerçadas na incredulidade da capacidade de aprendizado destes alunos.

3.2.2. As concepções e perspectivas educacionais e epistemológicas norteando as ações pedagógicas em relação às pessoas com deficiência

Para se pensar sobre as representações sociais tidas pelos professores em relação aos alunos com deficiência faz-se pertinente conhecer sobre as perspectivas as quais tais representações se alicerçam, já que, de acordo com Moretto (2005, p.35) “[...] a aula é o reflexo da epistemologia do professor”

Nesse sentido, de acordo com os estudos apresentados por FREITAS (2008) e diante de leituras de estudiosos diferenciados, tem-se apontadas perspectivas paradigmáticas e ideológicas na educação. Em relação às perspectivas paradigmáticas, têm-se, de acordo com Fonseca apud Freitas (2008) as perspectivas do *Performismo*, de acordo com o qual os seres humanos percebem a deficiência como fruto de forças sobrenaturais, como dom ou castigo divino; o *Determinismo* a partir do qual a deficiência é então vista como causa estritamente genética; o *Envolvimentismo*, cuja representação é a da deficiência como fruto das experiências sociais do indivíduo; o *Interacionismo* de acordo com o qual o desenvolvimento do indivíduo se dá pela quantidade e qualidade das interações com o meio social; e a perspectiva da *Mobilidade Cognitiva* fundamentada na ideia da plasticidade cerebral, segundo a qual a pessoa com deficiência promove internamente a construção de vias alternativas de cognição através da interação.

Por sua vez, segundo os estudos de Caponi apud Freitas (2008), têm-se as perspectivas educacionais da *Compaixão* entendida como a caridade usada pelo ser humano para afastar os possíveis maus acontecimentos; a perspectiva da *Solidariedade* que tem por base a troca de experiência para construção de uma sociedade baseada na dignidade humana; do *Abandono* diante da qual o deficiente é visto como degenerado sendo eliminado ou exposto com intuito de merecer caridade; a perspectiva *Médico-pedagógica* a qual tem o intuito de tratar a deficiência; a Perspectiva do *Integracionismo*, segundo a qual o deficiente deveria ser integrado na sociedade e na escola, não lhes dando, contudo, o direito de ser diferente⁸; a Perspectiva da *Inclusão* a qual vem revolucionar a educação nacional, buscando a garantia de igualdade de oportunidade aos alunos; e a perspectiva paradigmática do *Dualismo incluir – excluir*, diante das práticas de expulsão e

⁸ O integracionismo “[...] significou oferecer condições de integração, mas não o direito de falar e se auto-representar” (FREITAS, 2008, p.77)

exclusão, confinamento e segregação - práticas que, sob o rótulo da inclusão, da aceitação, e da necessidade de se evitar sofrimento à pessoa com deficiência - excluem e segregam.

Além das perspectivas pedagógicas, apresentam-se também as perspectivas ideológicas sendo apontadas: a *Ideologia do Dom* fundamentada na credulidade de que as desigualdades se definem por diferenças naturais e inatas; a *Ideologia da Deficiência Cultural* segundo a qual o ser humano é condicionado pelos estímulos culturais que receber, tendo em vista que as pessoas com estímulos considerados superiores podem progredir melhor que os de culturas mais rudimentares; e por fim, a *Ideologia das Diferenças Culturais*, diante da qual se tem a sobreposição de determinadas culturas em detrimento de outras pelas instituições sociais.

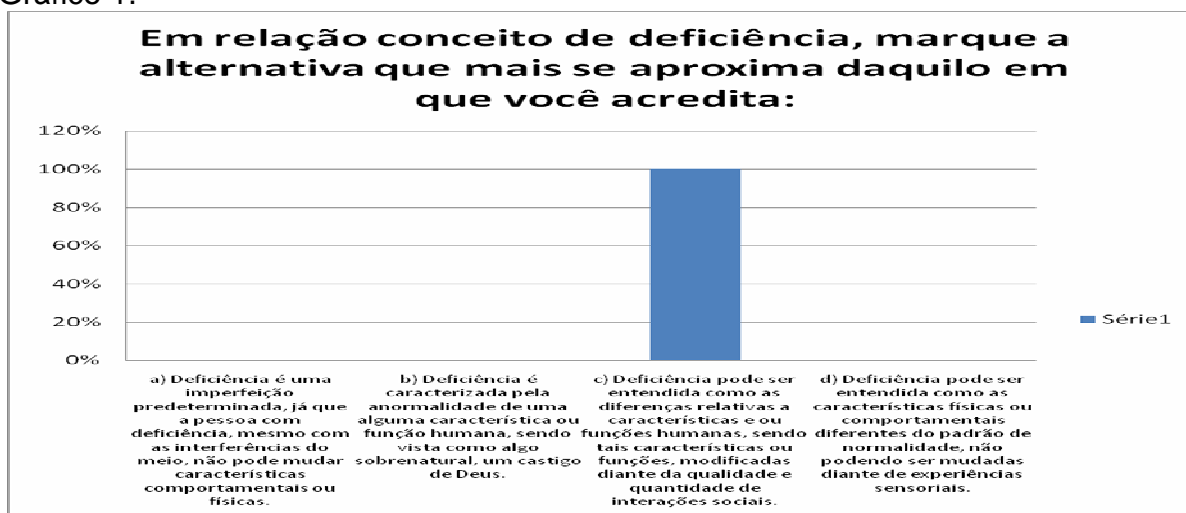
Alicerçados no conhecimento das perspectivas expostas, tem-se então a importância de que as representações dos educadores sejam pensadas e refletidas continuamente para que, novas condutas sejam efetivadas.

3.2.3. A representação dos professores sobre a deficiência e sobre as pessoas com necessidades especiais: avanços e retrocessos.

3.2.3.1. Apresentação dos gráficos

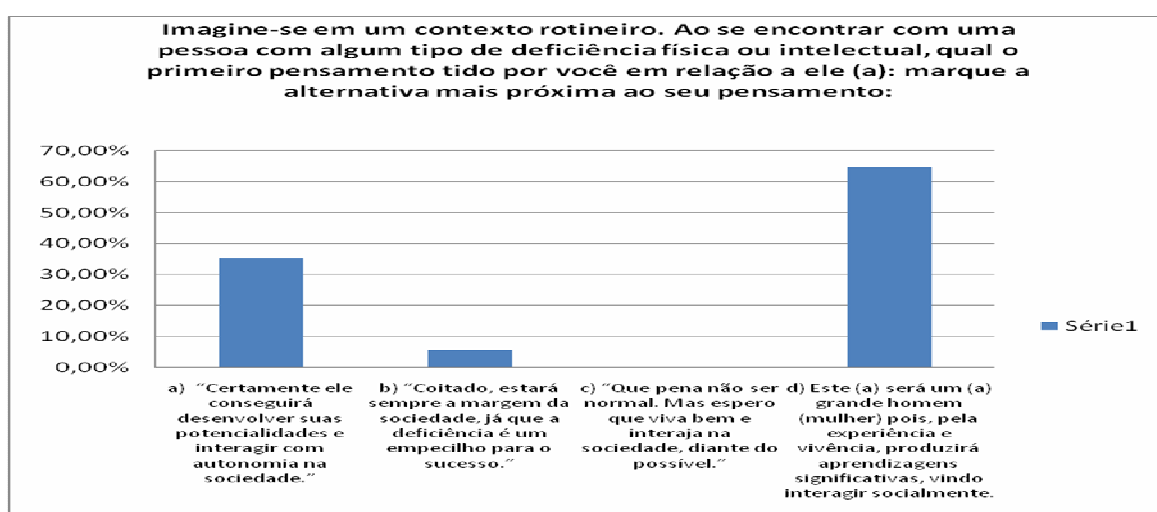
Fundamentados na pesquisa bibliográfica apontada, a pesquisa de campo vem inicialmente, diagnosticar a visão dos professores sobre a deficiência. Nesse sentido, observa-se com base no Gráfico 1 a unanimidade das escolhas dos professores em relação a definição de deficiência. Dessa maneira expõe-se:

Gráfico 1.



De acordo com as respostas dadas, são relevantes as representações sociais tidas pelos professores diante do que propõe a perspectiva da Inclusão, uma vez que estes, em sua maioria, concebem a deficiência estando condicionada pela quantidade e qualidade das interações não a percebendo como característica determinante para o fracasso.

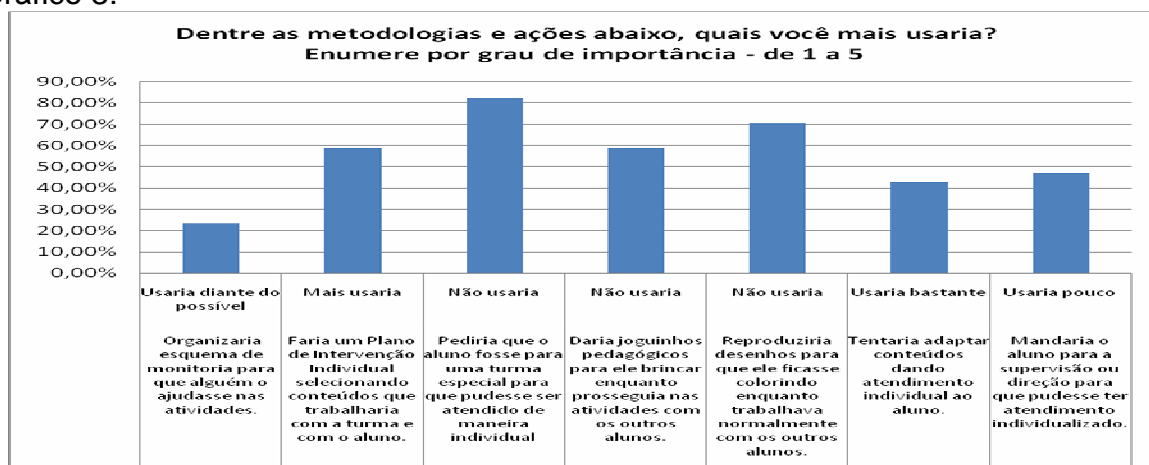
Com base no segundo gráfico, por sua vez, consolidando as respostas dadas à questão de número 2, buscou-se observar de maneira mais intensa, as representações dos professores em relação às potencialidades das pessoas com deficiência: Gráfico 2:



Diante do consolidado observa-se a maioria das representações centradas na capacidade de desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, havendo ainda uma minoria, que considera a deficiência, um empecilho para o sucesso.

Na questão de número 3, por sua vez, questionou-se sobre as metodologias mais e menos usadas nas práticas educativas com alunos com deficiência. Tem-se:

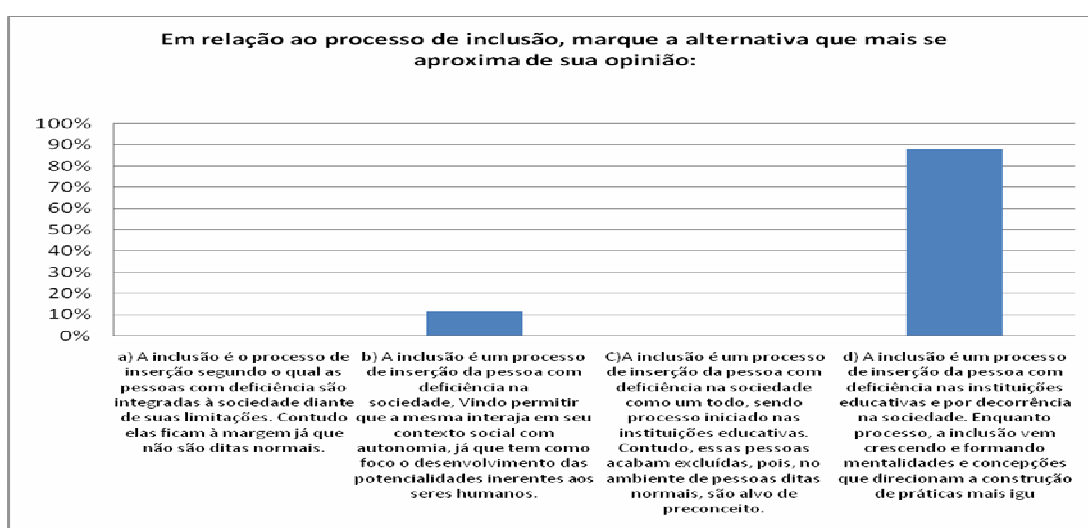
Gráfico 3:



Como metodologias mais usadas, foi-se listada a criação de um Plano de desenvolvimento Individual (PDI) e também de adaptações curriculares. Como metodologias usadas com menos recorrência, foram expostas a monitoria e também o encaminhamento do aluno à direção e à supervisão, sendo por sua vez, votadas como metodologias não utilizadas o encaminhamento às classes especiais e a utilização de atividades diferenciadas em relação às feitas pelos outros alunos.

A questão 4 por sua vez, buscou evidenciar o conceito tido pelos educadores em relação ao processo de Inclusão, tendo o consolidado de respostas abaixo:

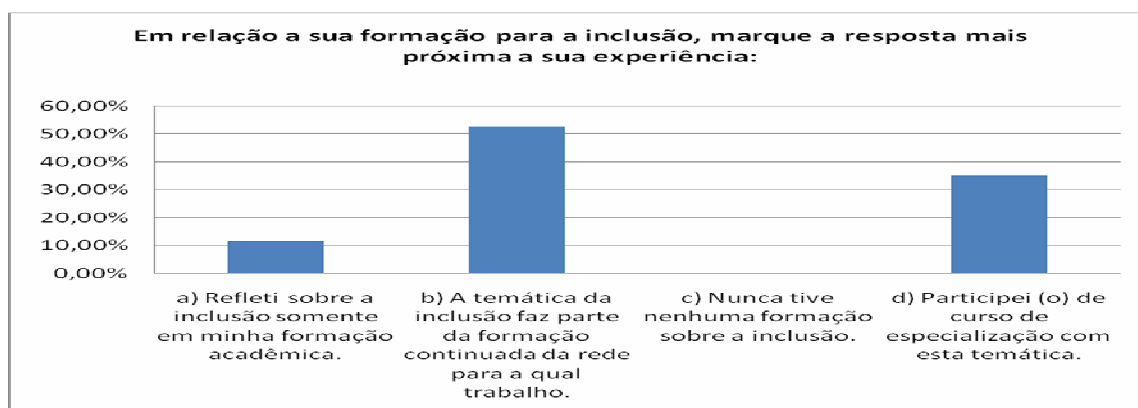
Gráfico 4:



Observa-se, a grande recorrência de respostas centradas na alternativa d, a qual se refere à Inclusão como um processo educativo e social, havendo também a presença de respostas relacionadas à alternativa b, que por sua vez discorre sobre a inclusão enquanto interação e desenvolvimento de potencialidades.

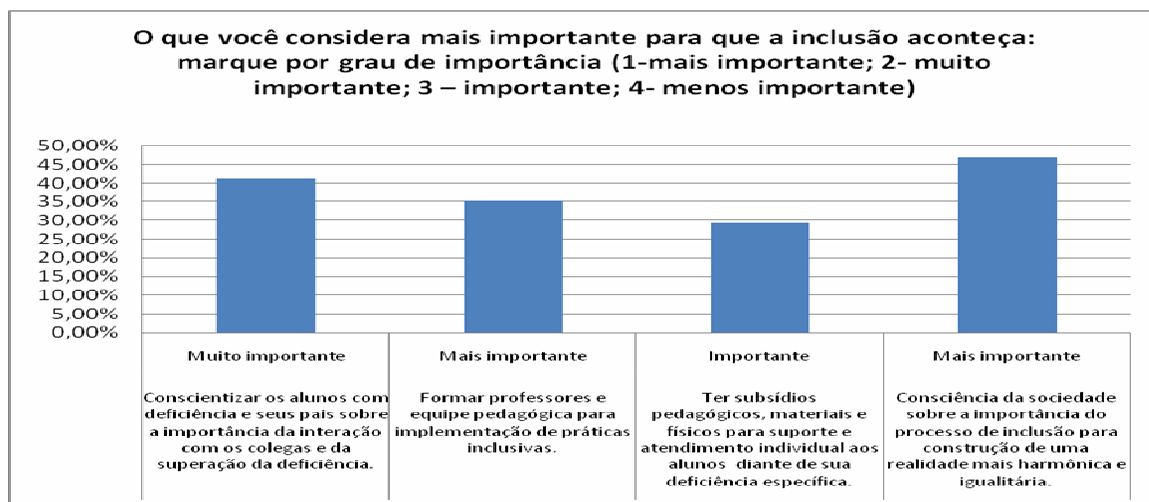
Em seqüência, o gráfico de nº. 5 consolida as respostas dos educadores acerca de sua formação para a inclusão. Nesse sentido, expõe-se:

Gráfico 5



As respostas dadas denunciam que a maioria dos entrevistados teve a tema da Inclusão em sua formação continuada, tendo mais de 30% feito especialização na temática, e ainda uma minoria, que embora não tendo participado da formação alguma, estudou sobre a mesma em sua formação docente⁹.

Por fim, o último questionamento direcionou-se a investigar sobre os passos necessários para a efetivação da Inclusão sendo as respostas dadas pelos educadores consolidadas no gráfico 6.



Conforme se observa, tem-se listado como principal caminho para a efetivação da Inclusão, a importância da conscientização social e também da formação dos professores. Como muito importante foi listado a relevância de se conscientizar as crianças com deficiência e suas famílias; como importante foi apontado os subsídios pedagógicos recursos físicos e humanos, não sendo apontado em contraponto, nenhum item como menos importante.

3.2.3.2. Síntese dos resultados: representação dos professores sobre a deficiência: avanços e necessidades recorrentes

Uma vez apresentados os resultados faz-se pertinente realizar algumas reflexões sobre as representações dos educadores tendo em mente reconhecer avanços e necessidades rumo ao processo de Inclusão. Nesse sentido, observou-se que todos os profissionais demonstraram perceber a deficiência enquanto diferença,

⁹ Cabe ressaltar aqui, que grande parte desses resultados se deve a formação tida pelos professores do Estado os quais por iniciativa do governo estadual tiveram oportunidade de participar do curso de Especialização em Inclusão.

podendo estas, serem modificadas diante das interações. Entendendo a necessidade da interação entre as pessoas com deficiência e as ditas normais, percebe-se um grande avanço para a efetivação da Inclusão já que as concepções apontadas rompem com estereótipos de normalidade e de perfeição.

Em relação às representações dos educadores sobre as pessoas com deficiência observaram-se também avanços rumo à Inclusão já que os educadores percebem estas pessoas em suas potencialidades, estando seu desenvolvimento, alicerçado nas experiências e na autonomia das interações, tendo uma minoria a qual ainda representa a pessoa com deficiência como ser a margem da sociedade, visão que, diante da filosofia da Inclusão, precisa ser repensada. Ressalta-se ainda que tal representação se associa às perspectivas do *Determinismo* e também da *Compaixão*, já que enquanto “coitados” os alunos com deficiência estariam fadados ao insucesso.

Avanços também foram notados em relação às metodologias adotadas pelos educadores para os casos de atendimento a alunos com deficiência, já que os profissionais demonstraram fazer opção pela elaboração de Plano de Intervenção Pedagógica, bem como pela adaptação de conteúdos, demonstrando ainda, aversão pela utilização das classes denominadas especiais ou ao uso de metodologias que excluem alunos como seria o caso da utilização de atividades inferiores aos dos outros alunos como a utilização de desenhos para colorir. Contudo, observa-se em contraponto, a necessidade de repensar sobre metodologias como enviar os alunos para direção ou supervisão, metodologia listada como pouco usada, já que de acordo com a Inclusão, esta seria uma estratégia ineficaz, pois não promoveria realmente a interação e aprendizagens significativas. Tomando por base o conceito de Inclusão tido pelos educadores, observam-se também avanços, já que a prática inclusiva é compreendida por esses profissionais enquanto processo que transcende o contexto escolar, se efetivando enquanto reconstrutor da própria sociedade. Ressalta-se, além disso, a presença de visões que reconhecem a importância da Inclusão enquanto promotora da interação e da construção da autonomia dos alunos incluídos.

A partir das respostas dadas se reconhecem muitos avanços nas filosofias apresentadas pelos educadores. A construção de tais filosofias são perfeitamente compreendidas pela análise do gráfico 5 diante do qual se percebe que a maioria

dos educadores tiveram especialização específica para a Inclusão, vindo além disso, fazer parte da formação continuada das redes de ensino, estando presente ainda, embora com menos recorrência, na formação acadêmica de alguns profissionais. Diante do exposto, vale salientar o quanto a formação de saberes dos educadores incide na construção paulatina de sua prática, já que, por terem sido preparados para a efetivação da Inclusão, os professores, em sua maioria, demonstraram uma visão bastante aberta para novas mudanças. Em consonância observa-se a preocupação dos profissionais docentes com sua formação para a Inclusão bem como dos educandos, da família e da sociedade, demonstrando perceberem esse processo como educativo e social. Reitera-se por fim, sobre as muitas conquistas referentes às representações dos educadores e à efetivação da Inclusão, necessitando em consonância, de ações que garantam a continuidade desse processo educativo e social.

3.3. Considerações sobre a Inclusão e sobre os saberes docentes necessários para que ela efetivamente aconteça

3.3.1 A Inclusão como fruto de novos contornos da Educação e da sociedade atual.

Com base no exposto até então, ratifica-se que a Inclusão nasce de um contexto social massacrado pelos limites ultrapassados pela exclusão. Desta forma ela surge da necessidade de se pensar novas formas de educação escolar com alternativas menos segregadoras de absorção dos educandos com deficiência pelos sistemas de ensino. Além do citado, ressalta-se que a filosofia da escola inclusiva surge como necessidade dos próprios sujeitos com deficiência, os quais, de acordo com Ferreira (2006, p.90) queriam o “direito a ter direito” resguardado, ou seja, começaram a lutar pela garantia de dignidade e de cidadania, saindo de uma posição de passividade para uma posição mais atuante. Diante da necessidade de uma reconstrução social, fundamentada no direito das pessoas com deficiência exercerem sua cidadania, nasce então a escola inclusiva, caracterizada como uma escola aberta às diferenças.

Tomando por pressuposto a importância das práticas escolares enquanto construtoras de práticas sociais, é possível pensar nos avanços educacionais advindos com a Inclusão, uma vez que a mesma vem propiciar questionamentos

sobre os estereótipos, promovendo por decorrência, o rompimento com ações excludentes, o respeito às diferenças e o reconhecimento das potencialidades de cada indivíduo em seu processo distinto de aprendizagens.

A Educação inclusiva implica uma visão diferente da Educação comum, baseada na heterogeneidade e não na homogeneidade, considerando que [...] a diversidade está dentro do “normal”. (GUIJARRO, 2005, p.10)

Fundamentada no respeito à diversidade, a Educação Inclusiva vem proporcionar a interação entre alunos com deficiência com os alunos ditos normais, oportunizando a todos, a sensibilização para a consciência de que embora os seres humanos sejam diferentes, todos têm muito a ensinar e a aprender, tendo em vista a construção de aprendizagens significativas alicerçadas em uma formação cidadã que transcenda o estudo dos conteúdos.

3.3.2. Considerações conceituais e filosóficas acerca da Educação Inclusiva

Com base na certeza de que a Inclusão nasce da necessidade de se repensar o ensino e a própria sociedade, pode-se pensar na sua significação enquanto uma nova filosofia escolar tendo em mente que essa nova cultura implica “[...] um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola.” (GLAT & BLANCO, 2005, p. 20-21).

Com base no conceito exposto percebe-se a garantia da mesma, sendo resguardada pelas legislações vigentes. Nesse sentido, o direito a Inclusão é presente na Constituição Federal e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional implantada em 1996, a qual dedica um capítulo a Educação especial trazendo garantia aos alunos com necessidades especiais. Dentre tais direitos assegurados¹⁰, tem-se o de currículos, métodos e técnicas e recursos educativos que atendam as necessidades; terminalidade específica para os que não atingirem o nível exigido para conclusão do ensino fundamental; professores para atendimento especializado; educação especial para o trabalho visando a integração; e acesso igualitário aos benefícios e programas sociais.

¹⁰ (LDB, 1996, p.22) Disponível em www.planalto.gov.br/.../Leis/L9394.htm Acessado em maio de 2010.

Além da LDB tem-se também o Estatuto da Criança e do Adolescente o qual assegura, dentre outros direitos “III. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” Segundo estudos de DAMILANDO & TURCCHIELLO (2008), outras legislações que subsidiam atualmente a construção de práticas educativas inclusivas são a lei 10.098/00, a qual discorre sobre a acessibilidade; a Lei 10172/01, a qual aprova o Plano Nacional de educação, estabelecendo objetivos e metas para a educação das pessoas com deficiência; a Lei 10.436/02, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; e a Lei 7.853/89, que por sua vez dispõe sobre o apoio as pessoas com deficiência, dentre outras. Grande relevância tem ainda o documento que referenda a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. (BRASIL, 2008), trazendo prioritariamente contribuições em relação aos marcos históricos e normativos; ao diagnóstico da Educação Especial; objetivo dessa política nacional; alunos caracterizados com necessidades educacionais especiais e diretrizes dessa política nacional de Educação Especial, que fundamentada na filosofia da Inclusão, dá alicerce para construção de práticas educativas mais igualitárias.

Tendo em mente os alicerces Legais sobre os quais se apóiam a Inclusão, é possível pensar na Filosofia proposta pela escola inclusiva e também no quanto esta filosofia representa para a educação, sendo um marco para a realidade brasileira uma vez que as reflexões advindas com a Inclusão “[...] contribuem para uma educação mais personalizada e fomentam a solidariedade entre todos os alunos.” (Salamanca, apud GUIJARRO, 2005 p.07) De acordo com a filosofia da escola inclusiva, acredita-se nas potencialidades e capacidades de aprendizagem de cada aluno, de maneira a possibilitar a interação de todos com autonomia. Nesse sentido:

Não basta estarem incluídos numa sala de ensino regular se junto com seus colegas, não desenvolverem sua capacidade crítica e criativa. [...] A escola deve oferecer a todos, sem exceções, os elementos de emancipação, pela apropriação dos conhecimentos (qualidade formal), pelo desenvolvimento de aprender a aprender e de saber pensar (qualidade política) para que possam efetivamente, ser incluídos... (CARVALHO, 1998, p.43)

Fundamentada na certeza de que a diversidade oportuniza momentos de aprendizados bastante significativos voltados para a interação, para o respeito, e para própria aceitação do outro como ser diferente, a educação Inclusiva vem acima

de tudo, humanizar os seres humanos, garantindo às pessoas com deficiência, o respeito, e aos todos como normais, a possibilidade de interação e de construção de aprendizagens com todos. A prática inclusiva é então uma possibilidade de interação, sendo entendida como “[...] um primeiro passo necessário para regulação e o controle da alteridade” (Veiga-Neto, apud, SKLIAR, 2006, p.28) e também um passo importante para construção de uma sociedade mais democrática. A Inclusão escolar torna-se uma arma contra práticas excludentes e discriminatórias, centrando-se na certeza de que nos bancos das instituições escolares tem-se a construção de uma formação social e cidadã que dê condições reais aos educandos de atuarem em seu contexto social transformando-o para melhor. “As escolas inclusivas favorecem o desenvolvimento [...] de uma cultura de paz e de sociedades mais justas e democráticas”. (GUIJARRO, 2005, p.10) Ressalta-se, pois, a grande importância da Educação inclusiva no sentido de se garantir uma formação integral fundamentada na sensibilização para o humano.

3.3.3. Os saberes docentes necessários para que a Inclusão efetivamente aconteça

Alicerçados nas considerações até então expostas torna-se imprescindível pensar nos saberes que constituem a ação docente, e de maneira especial, nos saberes inerentes à efetivação da Inclusão. Para tal, tem-se inicialmente a classificação de saberes feita por Tardif apud Miranda & Santos (2007, p. 12) segundo o qual tem-se “[...] os da formação profissional, os da disciplina, os do currículo e o das experiência.” Pensando nesses saberes e tendo em vista que estes se entrelaçam reciprocamente, buscar-se á relacionar os mesmos à construção de práticas inclusivas eficientes.

Com base no objetivo exposto, tem-se inicialmente, os saberes da formação profissional, entendidos por Gauthier apud Miranda & Santos (2007) como saberes da Ciência da Educação, sendo transmitidos pelas instituições de Ensino na formação Acadêmica. Nesse sentido é relevante pensar em uma formação acadêmica significativa para a Educação especial em contraponto a muitas realidades, as quais oferecem poucas matérias sobre essa modalidade de educação, não preparando o aluno para construção de uma prática diferenciada. Em consonância o professor precisa ter uma preparação teórica e prática para “[...]”

poder atuar com todos os alunos, ampliando de forma efetiva as oportunidades educacionais.” (MIRANDA & SANTOS, 2007, p. 134). Grande importância tem também os cursos de formação, de maneira que ofereçam condições para que “[...] professor pense e reflita sobre as diversas situações que serão vivenciadas por ele na sala de aula. (MIRANDA & SANTOS, 2007 p. 135). A formação profissional assume diante desse contexto, importante papel para efetivação da Inclusão.

Por sua vez, os saberes disciplinares são aqueles das diversas áreas do conhecimento: Matemática, História, Geografia, dentre outros, que são advindos tanto da formação acadêmica, como os da formação Continuada, cabendo ressaltar que embora o conhecimento dos saberes seja importante, ele não é suficiente, tendo em vista a necessidade de existir “[...] a produção de um saber referente aos saberes disciplinares a serem ensinados.” (MIRANDA & SANTOS, 2007 p. 129). Diante da busca pela efetivação da Inclusão, tem-se a pertinência das inúmeras possibilidades de metodologias e recursos didáticos, tendo em vista a observação de como os alunos aprendem melhor, tendo-se também a presença de recursos específicos advindos da tecnologia assistiva¹¹ e também de práticas diferenciadas. “Logo pensar acerca da escola inclusiva nos remete buscar alternativas de diferenciação pedagógica, possibilitando a todos, o direito social de aprendizagem.” (FREITAS, 2006, p.38)

Outro saber enfocado refere-se aos curriculares, entendidos como os saberes relacionados à cultura escolar; objetivos do ensino e da instituição; conteúdos; metas; e identidade sendo, portanto “[...] constituídos pela transformação dos saberes advindos da ciência, selecionados e organizados como programas de ensino.” (MIRANDA & SANTOS, 2007, p. 129) Pensar em saberes curriculares necessários à efetivação da Inclusão é possível através da busca e da construção de um currículo que atenda aos anseios dos alunos, conhecendo sobre as muitas culturas e também sobre as identidades, vindo favorecer a construção do respeito pelas diferenças. É importante então propor um currículo que tenha como meta escutar o que os diferentes têm a dizer, tratando essas vozes como [...] desafios ao

¹¹ A Tecnologia assistiva é todo arsenal de recursos, conceituais e/ou físicos, expressos sob suas múltiplas formas, [...] que possam proporcionar incremento qualitativo e/ou quantitativo na atividade funcional do portador de necessidades especiais, podendo ser produto de ações muito simples até manifestações de grande satisfação. (REIS, 2006, p.01)

intercâmbio e à interpelação radical das crenças, valores, símbolos e identidades hegemônicas. (FATINEL, 2009, p. 33)

Observa-se, segundo o estudo dos saberes apresentados, que estes são externos ao professor. Cabe-se falar então dos saberes advindos da experiência, sendo entendidos como os saberes produzidos pelos educadores em seu cotidiano ressaltando-se que “[...] não provêm das instituições de formação nem dos currículos.” (TARDIF, apud. MIRANDA & SANTOS, 2007 p. 130). Os saberes experienciais, nesse sentido, são de extrema relevância para a prática inclusiva, tendo em vista tais saberes virem nortear novos rumos e novas possibilidades pedagógicas. Diante das considerações expostas, tem-se a importância de todos os saberes os quais se entrecruzam formando um saber único do educador representante da Inclusão. Ressalta-se, para formação de saberes a grande importância da formação de professores, a qual deve ser contínua e incansável devendo essa, prepará-los para as necessidades vigentes. Pensar nos saberes docentes necessários para que a Inclusão aconteça é importante no sentido de que novos caminhos sejam delineados, caminhos que culminem com a vontade de os profissionais fazerem a diferença, atendendo aos alunos com deficiência de maneira que sejam respeitados como todos o devem ser: em seus limites e potencialidades. É preciso então pensar a Inclusão, estando diretamente entrelaçada nas ações advindas das concepções do professorado, devendo estes, ousarem na sua vida profissional já que, quem não o fizer “[...] ficará superado porque não foi capaz de dialogar com as mudanças que o tempo ofereceu...” (WERNECK, 1999, p.80). Pensar na construção de uma prática diferenciada voltada para efetivação da Inclusão é sem sombra de dúvidas, uma necessidade inerente a ação docente e ao compromisso de cada cidadão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com base no trabalho realizado, confrontando pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, pôde-se conhecer a longa trajetória da Inclusão advinda da exclusão, a qual por sua vez, marcou com situações segregadoras diferentes contextos educativos e sociais. Pôde-se observar ainda o quanto à atualidade tem-se preparado para consolidar práticas inclusivas, tanto nas instituições educativas

quanto na sociedade. Tal assertiva é perceptível a partir dos estudos teóricos os quais se voltaram para registrar as mudanças trazidas pela filosofia da Inclusão; pelas legislações que favorecem a Inclusão dos alunos com deficiência, garantindo-lhes o direito de ter direito; e primordialmente pelas representações que os professores, em sua maioria, demonstraram ter em relação à deficiência, às pessoas com deficiência, ao processo de Inclusão, e às práticas pedagógicas adotadas, representações as quais denunciam a existência de uma formação para a implementação da educação Inclusiva, já que os pensamentos, crenças e filosofias expressos pelos profissionais da educação subsidiam a construção de suas práticas.

Uma vez diagnosticado um caminho já trilhado rumo a educação inclusiva, o trabalho expôs considerações sobre os saberes docentes necessários para se trilhar o caminho concretizado pela efetivação da Inclusão. Contudo, se os saberes expostos são extremamente determinantes para consolidação de práticas inclusivas, a formação do docente para a Inclusão é sem dúvida, o primeiro passo para a construção significativa de uma prática diferenciada fundamentada no entrelaçar de saberes e essencialmente motivada pela certeza de que todos, com suas limitações e potencialidades, possuem a capacidade de interagir e resignificar seus aprendizados.

Efetivar a Educação Inclusiva é dar passos concretos para reconstruir a sociedade, estando esta reconstrução, extremamente ligada aos saberes dos profissionais da educação e de suas práticas. São os professores, grandes protagonistas de mudanças educativas as quais, sem sombra de dúvidas, incidem na transformação da sociedade.

5. REFERÊNCIAS:

ALVES. Denise de Oliveira. Inclusão Escolar de alunos com Deficiência: expectativas docentes e implicações pedagógicas. In. **Inclusão**. Revista da Educação Especial. Secretaria da Educação Especial. V.1. n.1 (out.2005) Brasília. 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em www.planalto.gov.br/.../constituicao/principal.htm Acessado em maio de 2010.

BRASIL. **LEI n° 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em www.planalto.gov.br/.../Leis/L9394.htm Acessado em maio de 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acessado em maio de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação na perspectiva da escola inclusiva**. 07 de Janeiro de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao1.pdf>

BAPTISTA. Cláudio Roberto. Inclusão, cotidiano Escolar e Políticas públicas: sentidos e perspectivas. In In. **Ensaio Pedagógicos: Construindo Escolas Inclusivas**: 1.ed. Brasília: MEC,SEESP,2005.

CARVALHO, Sumaya Persona de. **Educação especial e inclusão**: algumas considerações. Cadernos de Educação. UNIC-CPG, v 2, n°. 1, 1998.

CORREA. M.A.M, apud FREITAS, Soraia Napoleão. Representações e Paradigmas em Educação Especial. In.SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Curso de Especialização à distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos**: módulo 1. Santa Maria: UFSM, CE, 2008.

DAMILANO. José Padilha. TURCHIELLO, Priscila. Política e Gestão em Educação Especial. In. SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Curso de Especialização à distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos**: módulo 1. Santa Maria: UFSM, CE, 2008.

DENARI, Fátima. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial**: da segregação á inclusão. In. RODRIGUES. David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação Inclusiva. São Paulo, 2006.

ÊXODO- AT. In **Bíblia Sagrada** 11⁰ ed. São Paulo: ed. Ave Maria, 1997, p.

FATINEL, Patrícia. Escola, Currículo e a Educação de Surdos. In. In. Casarin, Melânia de Melo. **Curso de Especialização à distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos**: módulo II. Santa Maria: UFSM, CE, 2009.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação Especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In. RODRIGUES. David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação Inclusiva. São Paulo, 2006.

FREITAS, Soraia Napoleão. A Formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação Inclusiva. São Paulo, 2006

FREITAS, Soraia Napoleão. Representações e Paradigmas em Educação Especial. In. SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Curso de Especialização à distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos**: módulo 1. Santa Maria: UFSM, CE, 2008.

GLAT. Rosana & BLANCO. Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In GLAT. Rosana. **Educação Inclusiva**: cultura e Cotidiano Escolar. 7 Letras. 2005.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Inclusão: **Um desafio para os Sistemas Educacionais**. In. Ensaio Pedagógicos: Construindo Escolas Inclusivas: 1.ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4^a ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

LIMA, Maria Manuel, apud MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva, DIAS, Ana Maria Lório - Identidade e Estigma no contexto da escola Inclusiva: uma Leitura a partir de Erving Goffman. In **Educação Especial**/ nº 15: FUNCAP - CE

LUFT. Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática. 2000.

MATEUS- NT. In **Bíblia Sagrada** 11^o ed. São Paulo: ed. Ave Maria, 1997, p1309

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. SANTOS, Cleusa Aparecida de Oliveira. **A Escolarização de Deficientes Mentais: Saberes docentes e culturas escolares.** In FONSECA. Selva Guimarães. **Currículos Saberes e Culturas escolares.** Campinas. SP: Editora Alínea, 2007.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento de estudo não um acerto de contas.** 6^o ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OZÓRIO. Antônio Carlos do Nascimento. Inclusão Escolar: Em busca de fundamentos na Prática Social. In **Ensaio Pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas: 1.ed.** Brasília: MEC, SEESP, 2005.

POSSA, Leandra Boer. Metodologia de Pesquisa. In. SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Curso de Especialização à distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo 1.** Santa Maria: UFSM, CE, 2008.

REIS, Nivânia Maria de Melo. Tecnologia Assistiva: recursos facilitadores no processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais In: MENICUCCI, Maria do Carmo [et al.]. **Educação Especial inclusiva.** Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006. 144 p. Pág. 111-143.

SALVADOR, Ângelo D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** 10^o Ed. Porto Alegre: Sulina, 1982.

SKLIAR. Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In. RODRIGUES. David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação Inclusiva.** São Paulo, 2006.

WERNECK, Hamilton. **Como vencer na vida sendo professor.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

6. ANEXOS

UNIVERSIDADE ABERTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PÓLO- LAGAMAR - MG
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS/LAGAMAR/MG
DISCIPLINA: METODOLOGIA DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO

01) Em relação conceito de deficiência, marque a alternativa que mais se aproxima daquilo em que você acredita:

- a) Deficiência é uma imperfeição predeterminada, já que a pessoa com deficiência, mesmo com as interferências do meio, não pode mudar características comportamentais ou físicas.
- b) Deficiência é caracterizada pela anormalidade de uma alguma característica ou função humana, sendo vista como algo sobrenatural, um castigo de Deus.
- c) Deficiência pode ser entendida como as diferenças relativas a características e ou funções humanas, sendo tais características ou funções, modificadas diante da qualidade e quantidade de interações sociais.
- d) Deficiência pode ser entendida como as características físicas ou comportamentais diferentes do padrão de normalidade, não podendo ser mudadas diante de experiências sensoriais.

02) Imagine-se em um contexto rotineiro. Ao se encontrar com uma pessoa com algum tipo de deficiência física ou intelectual, qual o primeiro pensamento tido por você em relação a ele (a): marque a alternativa mais próxima ao seu pensamento:

- a) “Certamente ele conseguirá desenvolver suas potencialidades e interagir com autonomia na sociedade.”
- b) “Coitado, estará sempre a margem da sociedade, já que a deficiência é um empecilho para o sucesso.
- c) “Que pena não ser normal. Mas espero que viva bem e interaja na sociedade, diante do possível.”
- d) Este (a) será um (a) grande homem (mulher) pois, pela experiência e vivência, produzirá aprendizagens significativas, vindo interagir socialmente.

03) Imagine que você tem nesse ano um aluno com deficiência cognitiva (Síndrome de Down, por exemplo). Dentre as metodologias e ações abaixo, quais você mais usaria? Enumere por grau de importância - de 1 a 5 (1 para as que você mais usaria; 2 para as que você usaria bastante; 3 para as que você usaria diante do possível; 4 para as que você usaria pouco; e 5 para aquelas que você não usaria)

- () Organizaria esquema de monitoria para que alguém o ajudasse nas atividades.
- () Faria um Plano de Intervenção Individual selecionando conteúdos que trabalharia com a turma e com o aluno.
- () Pediria que o aluno fosse para uma turma especial para que pudesse ser atendido de maneira individual
- () Daria joguinhos pedagógicos para ele brincar enquanto prosseguia nas atividades com os outros alunos.
- () Reproduziria desenhos para que ele ficasse colorindo enquanto trabalhava normalmente com os outros alunos.
- () Tentaria adaptar conteúdos dando atendimento individual ao aluno.
- () Mandaria o aluno para a supervisão ou direção para que pudesse ter atendimento individualizado

04) Em relação ao processo de inclusão, marque a alternativa que mais se aproxima de sua opinião:

- a) A inclusão é o processo de inserção segundo o qual as pessoas com deficiência são integradas à sociedade diante de suas limitações. Contudo elas ficam à margem já que não são ditas normais.
- b) A inclusão é um processo de inserção da pessoa com deficiência na sociedade, [vindo permitir que a mesma interaja em seu contexto social com autonomia, já que tem como foco o desenvolvimento das potencialidades inerentes aos seres humanos
- c) A inclusão é um processo de inserção da pessoa com deficiência na sociedade como um todo, sendo processo iniciado nas instituições educativas. Contudo, essas pessoas acabam excluídas, pois, no ambiente de pessoas ditas normais, são alvo de preconceito.
- d) A inclusão é um processo de inserção da pessoa com deficiência nas instituições educativas e por decorrência na sociedade. Enquanto processo, a inclusão vem crescendo e formando mentalidades e concepções que direcionam a construção de práticas mais igualitárias e respeitosas.

05) Em relação a sua formação para a inclusão, marque a resposta mais próxima a sua experiência:

- e) Refleti sobre a inclusão somente em minha formação acadêmica.
- f) A temática da inclusão faz parte da formação continuada da rede para a qual trabalho
- g) Nunca tive nenhuma formação sobre a inclusão.
- h) Participei (o) de curso de especialização com esta temática.

06) O que você considera mais importante para que a inclusão aconteça: marque por grau de importância (1-mais importante; 2- muito importante; 3 – importante; 4- menos importante)

- () Conscientizar os alunos com deficiência e seus pais sobre a importância da interação com os colegas e da superação da deficiência.
- () Formar professores e equipe pedagógica para implementação de práticas inclusivas.
- () Ter subsídios pedagógicos, materiais e físicos para suporte e atendimento individual aos alunos diante de sua deficiência específica.
- () Consciência da sociedade sobre a importância do processo de inclusão para construção de uma realidade mais harmônica e igualitária